



A RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA: RECOLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL

Marcos César Araujo Carvalho
Departamento de Geografia – Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mcesargeo@yahoo.com.br

A reconfiguração das relações de poder na América Latina: recolonização e resistências em um contexto neoliberal (Resumo)

A América Latina foi um dos principais alvos, nas últimas décadas, de uma ofensiva imperialista desferida pelos governos dos Estados centrais e por suas grandes corporações transnacionais. As ações do imperialismo desencadearam, por sua vez, uma resistência das massas, posicionando-as no papel de protagonistas sociais dos embates em curso e ensejando uma reconfiguração das relações de poder na região. O presente artigo analisa as recentes modificações nas relações de poder a partir das tensões resultantes do processo de recolonização sobre a América Latina.

Palavras-chave: reconfiguração das relações de poder, recolonização, resistências, Estado, América Latina.

The reconfiguration of power relations in Latin America: resistance and recolonization in a neoliberal context (Abstract)

In recent decades, Latin America was a major focus of an imperialist offensive by the governments of central states and their transnational corporations. The actions of imperialism unleashed, in turn, a resistance of the masses, positioning them in the leading role of the social struggles underway and entailing a reconfiguration of power relations in the region. This paper analyzes the recent changes in power relations from the tensions resulting from the process recolonization of Latin America.

Keywords: reconfiguration of power relations, recolonization, resistance, state, Latin America.

A América Latina foi um dos principais alvos, nas últimas décadas, de uma ofensiva imperialista desferida pelos governos dos Estados centrais e por suas grandes corporações transnacionais. As ações do imperialismo desencadearam, por sua vez, uma visível resistência das massas, posicionando-as no papel de protagonistas sociais dos embates em curso e ensejando uma reconfiguração das relações de poder na região.

A ofensiva imperialista estadunidense e europeia sobre a América Latina inserem-se, por sua vez, no contexto das crises que eclodiram no final da década de 1970 fechando o ciclo do longo período de crescimento econômico pós-II Guerra Mundial. O cenário de crise econômica reduziu as taxas de lucro das burguesias e impôs às economias centrais recessões ou períodos de baixo crescimento, entremeados por curtas fases de recuperação¹. O temor frente à ocorrência de novas crises econômicas e a necessidade de recomposição das taxas de lucro a patamares próximos aos obtidos no *boom* econômico do pós-guerra promoveu, nas décadas seguintes, ações mais intensas dos Estados centrais sobre os Estados periféricos em escala mundial.

Diante da perspectiva de uma crise econômica global de longo curso e no contexto da nova situação geopolítica mundial inaugurada com o fim da Guerra Fria, a América Latina tornou-se alvo da aplicação de políticas neoliberais nas décadas de 1990 e 2000. Essas políticas mostraram-se opostas aos interesses da maior parte das populações latino-americanas, pois, ao orientarem-se pela perspectiva neoliberal de abertura de mercados, permitiram a intensificação da apropriação das riquezas naturais da região pelas grandes corporações e dificultaram as possibilidades de um eventual desenvolvimento econômico nacional autóctone. Resultaram também na ampliação da ingerência externa sobre assuntos internos de natureza política ou econômica, no crescente endividamento dos Estados latino-americanos e no conseqüente carreamento de recursos e capitais para os espaços centrais da economia mundial.

A ofensiva imperialista gerou conseqüências mais graves em alguns países. Na região Andina, por exemplo, onde o rebaixamento das condições de reprodução social pôs em risco a sobrevivência de um considerável segmento da população, a ingerência imperialista materializou-se em políticas de erradicação da coca, em novas e excludentes legislações sobre o uso dos recursos naturais e em impactos sócio-ambientais decorrentes da exploração desses recursos.

Em contrapartida, a intensificação dos ataques às condições de reprodução social dos setores mais empobrecidos das sociedades latino-americanas colocou em movimento um amplo setor de massas, que passou a ocupar as ruas, bloquear estradas, interromper a produção, gerar divisões nas forças armadas e, de fato, impedir, mesmo que temporariamente, a governabilidade em alguns Estados latino-americanos. As massas empobrecidas – e alijadas dos benefícios que poderiam usufruir a partir de uma divisão mais justa das riquezas existentes – passaram a se contrapor às políticas neoliberais dos seus governos, a nutrir um crescente sentimento anti-imperialista e, em alguns casos, a exigir uma “refundação do Estado” de modo a atender às necessidades dos segmentos sociais historicamente destituídos de direitos.

As insurreições populares que eclodiram em alguns países da América Latina no início do novo milênio posicionaram em outro patamar as relações de poder no continente, tanto no que se refere às relações interestatais quanto às relações internas entre classes e segmentos sociais. Em alguns casos, denotou a necessidade de reformas no próprio aparelho de Estado, como

forma de contemplar os setores que, desde o período colonial, foram privados de voz e de direitos nos Estados que se constituíram com as independências políticas no século XIX, mas que, em suas constituições, mantiveram a colonialidade do poder².

A entrada em cena de “novos” protagonistas sociais assume posição de destaque na análise da realidade latino-americana atual, pois o protagonismo desses atores sociais tem ensejado freqüentes alterações nas relações internas de poder. Desse modo, o presente artigo analisa as recentes modificações nas relações de poder a partir das tensões resultantes do processo de recolonização sobre a América Latina.

O processo de recolonização sobre a América Latina

Utilizamos o termo “recolonização” para nos referirmos ao que vem ocorrendo nos países da América Latina, chamando a atenção para o fato de que – embora a colonialidade nunca tenha estado ausente – houve, nas últimas duas décadas, um salto qualitativo do imperialismo em relação à submissão dos países semi-coloniais, descartando na prática suas instituições de Estado, submetendo seus exércitos e polícias, propondo o fim de suas moedas, incluindo-os em tratados de livre comércio (TLC’s), enfim, tratando de reduzi-los, com efeito, a um estatuto colonial.

A recolonização na América Latina constitui um processo amplo, diversificado e que atende aos interesses das grandes corporações transnacionais e dos Estados centrais, podendo ser apreendida de inúmeras maneiras. Assim, podemos detectar alguns aspectos do processo de recolonização: pela aplicação de políticas neoliberais metamorfoseando o papel dos Estados a partir de mudanças de alcance estrutural³; por uma ação mais incisiva do imperialismo, buscando se apropriar dos recursos naturais existentes nas periferias⁴; como parte de uma estratégia de restauração do poder de classe e manutenção da hegemonia do imperialismo estadunidense⁵; através das tentativas de reversão das tendências de queda nas taxas de lucro pela burguesia mundial⁶; e, também, pelas mudanças na estratégia geopolítica dos Estados Unidos para a região, no contexto pós-Guerra Fria⁷.

A ofensiva recolonizadora aponta, ainda, para uma tentativa de reversão – do ponto de vista da estratégia geopolítica dos Estados Unidos para a América Latina – da relativa perda de influência dos Estados Unidos na região em função do desgaste, no período anterior, dos governos militares apoiados por Washington e de seu alinhamento contra a América Latina durante o episódio da Guerra das Malvinas (1982). As ações do imperialismo estadunidense adéquam, finalmente, sua condicionante geopolítica para a América Latina a partir da reorientação do seu código geopolítico global pautado na prevenção⁸ e resultante da inauguração de uma nova ordem mundial com o fim da Guerra Fria.

A adoção de um novo código geopolítico por parte da principal potência econômica e militar do planeta que vem sendo efetivado, sobretudo, a partir do fim da Guerra Fria, inaugura um novo papel para os Estados Unidos na chamada “nova ordem mundial”. A substituição do código da contenção pelo da prevenção, associado ao novo papel assumido pelos Estados Unidos, enseja uma nova geografia do poder e um novo imperialismo estadunidense no continente americano⁹. Assim, pressupõe uma maior subordinação dos Estados latino-americanos aos Estados Unidos e mudanças significativas no âmbito político, econômico e militar, desnudando a recolonização em curso. As tentativas de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a efetivação dos Tratados de Livre Comércio

(TLC's), acordos bilaterais entre os Estados Unidos e alguns Estados latino-americanos, são parte desse processo.

Analisando as relações entre recolonização, globalização neoliberal e imperialismo, Robledo¹⁰ defende que

“(...) este proyecto de globalización neoliberal y del TLC y el ALCA no es, de ninguna manera, de integración económica. Se trata de un proyecto de anexión de las enclaves economías latinoamericanas, y de la colombiana especialmente, por parte de la todopoderosa economía norteamericana. De sustitución de la producción y el capitalismo nacionales por la producción y el capitalismo extranjeros en todas sus manifestaciones. A mí me gusta utilizar un término que molesta, pero lo uso porque considero que es técnicamente perfecto. Nos situamos aquí ante un proceso de *recolonización imperialista* (grifos do autor)”.

O reposicionamento dos efetivos militares com a disseminação de bases em pontos estratégicos para a geopolítica estadunidense na América Latina, bem como a atribuição de novos papéis para as forças armadas latino-americanas, deixa transparecer a intencionalidade de agir preventivamente e em associação com governos não-refratários às políticas do imperialismo no intuito de resguardar os seus interesses e negócios na região.

A contradição que abarca o processo está estampada no crescimento da reação à presença estadunidense em alguns desses Estados, alimentando perspectivas políticas locais que não necessariamente condizem com aquelas desejadas pela Casa Branca e dificultando, por consequência, as iniciativas de obtenção de um maior controle político, econômico e militar da região por parte dos Estados Unidos.

Dessa forma, o processo de recolonização exige uma readequação dos Estados latino-americanos às demandas do capitalismo global e do imperialismo estadunidense em particular, expondo divisões e alianças entre as classes dominantes nacionais. O domínio de um Estado imperialista sobre Estados semi-coloniais ou coloniais não se estabelece sem que haja uma mediação dos interesses entre as classes dominantes hegemônicas e periféricas (quase sempre em favor das primeiras). E essas mediações dependem das margens de subordinação e exploração possíveis sobre o proletariado, os camponeses, as camadas médias urbanas e a população indígena e afro-descendente.

A precipitação das crises mundiais do capitalismo e o recrudescimento do imperialismo sobre a América Latina levaram a uma situação de insustentabilidade econômica em alguns países da região, resultando na deterioração das condições de vida de uma parte considerável da população, no agravamento das desigualdades sociais e na diminuição da capacidade de controle das classes dominantes nacionais na sua tarefa de manutenção da ordem interna. Ao mesmo tempo, os governantes dos Estados periféricos e semi-periféricos latino-americanos tornaram-se alvo das pressões sociais pelo atendimento das necessidades mais imediatas das massas.

Não se trata, portanto, com a defesa da tese da recolonização, de questionar os fundamentos constitutivos da formação sócio-espacial na América Latina. Mas sim, de utilizarmos as ferramentas conceituais que consideramos mais adequadas para compreendermos os recentes e intensificados processos de subordinação política, econômica, cultural e militar dos Estados latino-americanos ao imperialismo. Nessa perspectiva, buscamos destacar o papel subserviente das classes dominantes nacionais para, posteriormente, identificarmos os elementos que contribuíram para a insubordinação das massas em alguns desses países,

levando, em certas situações, à própria insurreição e tomada do poder (mesmo que por um curto período de tempo). Para Welmovicki¹¹:

(...) foi em meados da década de 80, a partir da crise da dívida externa e da aplicação das chamadas políticas neoliberais, que se deu um salto qualitativo. Trata-se de mudanças nas próprias estruturas das economias latino-americanas. O aumento inédito, acentuado desde o começo dos anos 90, da desnacionalização das economias, mostra o grau de dependência do imperialismo, uma dependência econômica que só se pode entender como parte do entreguismo e submissão dos governos e instituições. Falamos da recolonização pois se trata de um movimento de alcance estrutural, tentando recolocar as economias locais no nível de subordinação do século XIX.

A desnacionalização das economias – um dos traços do processo de recolonização – insere-se no percurso das tentativas de reversão da crise econômica aberta no coração do sistema e contou com a ampla colaboração das classes dominantes locais. As modificações estruturais que foram viabilizadas por essas elites, de posse de seus governos nacionais, revelam o seu papel no bojo desse processo e em especial no que corresponde ao seu caráter mais político.

Em síntese, podemos afirmar que, desde o final da década de 1980, houve uma intensificação do grau de ingerência externa sobre as questões de ordem política que dizem respeito aos Estados latino-americanos. Os governos e as demais instituições de Estado na América Latina foram transformados, de modo geral, em instrumentos dos interesses do imperialismo ou se viram limitados na arena política em função dos compromissos estatais que não podiam (ou não queriam) quebrar.

Isso também não significa dizer que os Estados tornaram-se de todo fracos e impotentes. Embora as decisões mais importantes acerca dos rumos das economias e das políticas nacionais sejam tomadas, muitas vezes, fora do âmbito territorial nacional, sua aplicação depende, em grande medida, do bom funcionamento das instituições de Estado na periferia. Ademais, os Estados periféricos e semi-periféricos têm se esmerado em criar os mecanismos jurídicos e financeiros capazes de atrair capitais externos para os processos de privatização e realização de grandes obras, em associação ou não com os grupos empresariais nacionais.

Desse modo, os grandes grupos econômicos (nacionais e estrangeiros) estabelecem uma competição entre si para melhor se localizarem junto aos aparelhos de Estado, apoiando determinados governos e bancadas parlamentares (ou candidatos a sê-los) que melhor possam atender aos interesses desses setores¹². Busca-se, assim, a utilização das instituições públicas estatais para o financiamento dos empreendimentos privados. Em países semi-coloniais como o Brasil, onde a presença e pujança de capitais estrangeiros nas atividades econômicas são consideráveis, temos uma situação em que a definição de grande parte das políticas econômicas aplicadas internamente depende dos imperativos postos pelos capitais hegemônicos, ou seja, num contexto de economia mundializada, a definição das políticas de Estado nos países periféricos e semi-periféricos obedece a uma hierarquia norteadas pelos interesses das frações mais poderosas do capital global, que se localizam, por sua vez, nos espaços centrais do capitalismo mundial.

O controle e as mediações sobre os diferentes governos periféricos são assegurados, dentre outras formas, pela manutenção das relações assimétricas de poder e pela garantia de que os contratos firmados com as instituições financeiras internacionais não serão quebrados. Outrossim, o controle das populações pobres da periferia (através da coerção, da cooptação e

do consentimento) continua sendo uma das tarefas mais importantes dos gestores dos Estados periféricos e semi-periféricos para a manutenção das condições de espoliação sobre a classe trabalhadora e para garantir a ininterrupção dos fluxos de bens e capitais em direção aos espaços centrais do capitalismo mundial.

As resistências ao processo de recolonização na América Latina: a entrada em cena de atores sociais historicamente invisibilizados

As lutas e os conflitos são elementos constituintes da própria história americana e estão presentes na mesma medida em que a terra e as riquezas naturais dos povos originários foram sendo suprimidas pelo projeto colonizador europeu. Nas últimas duas décadas, no entanto, houve uma intensificação dos conflitos sociais na América Latina em função da ação do imperialismo e da tomada de consciência de um vasto setor da população. Diversos processos de lutas irromperam na região, com destaque para a emergência de atores sociais que durante muito tempo permaneceram numa espécie de “estado de latência” e que hoje emergem à cena política em alguns Estados latino-americanos.

As massas fizeram sua experiência com os governos burgueses que foram responsáveis pela aplicação do rol de políticas neoliberais que atendiam aos interesses imperialistas e de determinados setores da classe dominante nacional. Essas políticas visavam o debilitamento e a retirada dos direitos da classe trabalhadora e a restauração do poder da classe burguesa, ao mesmo passo em que permaneciam insensíveis às demandas dos setores mais empobrecidos da população (camponeses, indígenas, afro-descendentes e brancos pobres das periferias).

O crescente sentimento anti-imperialista – resultante de uma ação mais incisiva do imperialismo no tocante ao saque dos recursos naturais e ao controle das economias nacionais latino-americanas – alimentou o desgaste dos governos burgueses eleitos em regimes de democracia formal e favoreceu uma situação de insustentabilidade política que levou à mobilização de amplos setores sociais. Abriu-se, portanto, no final da década de 1990 e início da década de 2000, em parte dos países da região, uma situação revolucionária que em alguns casos evoluiu para a ocorrência de crises revolucionárias (ARCARY, 2004).

Apesar de detectarmos a reação das massas em praticamente todos os Estados nacionais da América Latina e mesmo nos Estados Unidos, com a eclosão de manifestações massivas, greves e crises de governabilidade, em quatro países sul-americanos as massas espoliadas e mobilizadas estiveram em vias de tomar o poder de Estado (ou o fizeram por breves períodos). São eles: Equador (2000), Argentina (2001), Venezuela (2002) e Bolívia (2000, 2003 e 2005).

Embora as insurreições tenham ocorrido motivadas por situações distintas, há alguns aspectos que são recorrentes nos países que vivenciaram esses processos, como o questionamento ao regime democrático instituído, o surgimento de mecanismos alternativos de poder (em alguns casos, como no Equador e na Bolívia, verdadeiros embriões de “poder dual”¹³) e um forte componente anti-imperialista.

A difusão do sentimento e de uma consciência anti-imperialista atingiu amplas camadas da população em função, dentre outros elementos, da política de saque dos recursos naturais, da presença militar estadunidense e do atrelamento da economia desses países às medidas de

contingenciamentos impostas pelos Estados centrais e pelo Fundo Monetário Internacional, que se materializaram na dolarização de suas economias (Argentina e Equador), na diminuição dos gastos públicos com a chamada “área social” voltada para atender parte das necessidades das parcelas mais pobres e em uma maior drenagem de recursos por conta dos mecanismos da dívida externa.

Ao destacarmos os processos de lutas mais recentes queremos chamar a atenção para a intensidade das insurreições populares e a participação de segmentos sociais, em especial a população indígena e afro-descendente, que historicamente foram mantidos numa condição de subalternidade pelas elites brancas, de origem europeia. Suas lutas – nos momentos em que as tensões e as contradições tornavam-se insustentáveis – foram devidamente invisibilizadas pelas elites que não reconheciam os direitos daqueles que, por elas, eram considerados inferiores. Mas também, segundo Casanova¹⁴, deixadas em segundo plano pela maior parte daqueles que lutavam contra a dominação imperialista ou até mesmo vistas como reivindicações específicas, de minorias étnicas (em alguns casos nem tão minoritárias assim), justas, mas sem a centralidade da luta de classes.

A colonialidade do poder assentada na classificação e hierarquização dos grupos sociais a partir da ideia de raça¹⁵, que foi constitutiva da formação social latino-americana, relegou aos povos indígenas americanos e aos afrodescendentes um papel auxiliar, subalterno, tutelado política e socialmente pelas elites *criollas* que se encontram no topo da pirâmide social. Assim, a invisibilidade dessa população subalternizada expressava a sua ausência nos processos decisórios e na vida política desses Estados.

Constitui um importante elemento da realidade política atual latino-americana, portanto, a entrada em cena desses atores sociais que foram historicamente invisibilizados¹⁶, em especial nos países da América Latina onde o componente indígena é parte importante – e em alguns casos majoritário – da população, como é o caso da Bolívia e do Equador. Nestes países, a deterioração das condições de vida de grande parcela da população colocou em risco as condições de sobrevivência daqueles que foram subalternizados em sociedades onde a divisão social é flagrantemente demarcada pelo preconceito étnico-racial.

Nesses países, as classes dominadas são compostas por uma ampla população de origem indígena ou afro-descendente. Trata-se de setores da população que estão submetidos a uma enorme exploração das atividades que desenvolvem nas áreas rurais, onde muitos foram despojados de suas terras e das condições mínimas de reprodução social, e que, nas áreas urbanas, estão submetidos a uma brutal superexploração do trabalho, percebendo os menores salários ou sobrevivendo a partir dos ganhos provenientes de atividades informais.

A conscientização e mobilização dos segmentos sociais que durante longo período estiveram alijados da cena política requalificam as relações internas de poder e pode ser compreendida a partir de uma série de elementos objetivos e subjetivos que se combinam, como, por exemplo, os movimentos de resistência à aplicação das políticas neoliberais, a luta pela posse da terra e pelo direito de auto-organização das nacionalidades indígenas oprimidas, o aparecimento de importantes lideranças dos povos originários com influência de massas e o forte sentimento anti-imperialista em função da presença militar e do saque das riquezas naturais desses povos.

A reconfiguração das relações de poder na América Latina

A participação ativa nas ruas desses segmentos sociais subalternizados, exigindo mudanças profundas na estrutura social e de poder, terminou por acarretar exigências de transformações na própria estrutura e caráter do Estado, constituindo, dessa forma, uma das dimensões do seu metamorfoseamento e um dos marcos constitutivos da reconfiguração das relações de poder em curso.

A nova correlação de forças resultante da emergência desses atores sociais e sua pressão junto aos aparelhos de Estado determinam, por sua vez, a diminuição das margens de controle e dominação das classes dominantes nacionais, dificultando a implementação dos seus projetos de poder e reprodução social.

Enquanto um subproduto da construção imperial dos Estados periféricos¹⁷, as classes dominantes periféricas são, de uma forma geral, um reflexo dos interesses hegemônicos das classes imperialistas. Acostumadas a desempenhar o papel de sócias menores ou de gerentes coloniais (a depender do grau de autonomização relativa alcançado, das características peculiares de cada economia e das possibilidades de exploração das atividades econômicas à disposição), as classes dominantes nacionais, na periferia, alternam-se entre a obtenção do consentimento e a adoção de práticas coercitivas sobre as classes subalternas no plano interno. Em situações de crise do capitalismo, as classes dominantes periféricas apresentam certa dificuldade em garantir sua dupla função de servir aos interesses imperialistas, de um lado, e de manter a coesão social e a ordem interna, de outro.

É importante reconhecer que nos países periféricos e semi-periféricos, uma das principais formas utilizadas pelas distintas frações da classe dominante para garantir a sua reprodução social está, desde o período colonial, ligada ao controle dos aparelhos estatais, locupletando-se dessa proximidade do poder a partir de uma relação de subserviência às classes dominantes metropolitanas, zelando internamente pelos negócios e interesses desses setores¹⁸.

Para Ribeiro¹⁹:

As classes dominantes nativas (...) jamais formaram o cume de uma sociedade autônoma. Eram apenas um estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização. Uma vez independentizadas suas sociedades, o caráter exógeno dessas classes dominantes, forjado no período colonial, e seus próprios interesses induziram-nas a continuar regendo suas nações como cónsules de outras metrópoles. Para isso instituíram uma ordenação sócio-econômica e política adequada, com fundamento no latifúndio e no entreguismo, e promoveram a criatividade cultural como uma representação local de tradições culturais alheias.

Conjunturalmente, para garantirem sua estratégia de manutenção do poder de Estado e em função de características intrínsecas de cada economia, as classes dominantes nacionais adotam táticas diferenciadas de controle interno e de relacionamento com as burguesias dos países centrais. De acordo com Petras²⁰:

A expansão mundial do capital imperial pelas sociedades mais remotas incorporou na maior parte a burguesia nacional em suas redes: através de "empreendimentos conjuntos" (associações de investimento), acordos de patentes e licenciamento, empréstimos, crédito, comércio, a burguesia privada nacional integrou-se no sistema imperial, embora trave batalhas de retaguarda para evitar sua eliminação completa. (...) a classe capitalista privada nacional requer e apoia o capital estrangeiro, mesmo que tema algumas consequências.

As táticas utilizadas pelas classes dominantes dos países da América Latina são influenciadas por fatores como a dinâmica interna da luta de classes e a conjuntura política nos Estados vizinhos e no conjunto da região, que, em maior ou menor grau, influenciam-se mutuamente. Em uma escala mais ampla, o comportamento dessas elites nacionais passa pelas suas relações com as classes imperialistas (e em especial com o imperialismo estadunidense) e, ainda, pelas condições macroeconômicas globais. É esse o quadro que define a margem de manobra e os limites de atuação das classes dominantes nacionais em cada um dos Estados latino-americanos em dado momento histórico.

Tais referentes implicam, por sua vez, novos e diferenciados marcos de regulação interestatal a depender do grau de exigência do imperialismo no período e da capacidade que os governantes / classes dominantes locais têm em, ao mesmo tempo, obter o consentimento interno e esquivar-se ou conectar-se às pressões dos agentes externos. No mais das vezes, sejam quais forem as táticas empregadas pelas classes que detêm o controle dos Estados periféricos ou semi-periféricos, as condições de submissão frente aos interesses do capital hegemônico são mantidas.

Em contrapartida, a classe trabalhadora e os setores invisibilizados anteriormente mencionados têm obtido, progressivamente, maior consciência de que o atual momento histórico está atravessado por uma ação mais intensa do imperialismo visando à apropriação dos recursos naturais e por uma presença mais efetiva para impor um maior controle sobre a política e a economia de cada país da América Latina e do mundo.

No entanto, consideramos essa situação atual de submissão dos Estados periféricos e semi-periféricos diferente dos mecanismos de dominação até então adotados desde o centro do sistema. Os Estados centrais – com o apoio e a ação incisiva dos organismos multilaterais – têm se esmerado em impor um novo marco regulatório jurídico-político com vistas a tornar possível a ampliação do saque e do controle político e econômico sobre as periferias, legitimando-os. Assim, atuam de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais na perspectiva de potencializar seus negócios. Essa ação diferenciada do imperialismo é o que nos permite falar em processo de recolonização como uma das principais características da reconfiguração das relações de poder.

Desse modo, trabalhadores urbanos, camponeses, indígenas e afro-descendentes têm se dado conta do papel que suas classes dominantes desempenham no tocante à apropriação / entrega dos recursos naturais e à defesa da soberania desses Estados. Na avaliação de Iturbe²¹, em função das pressões do imperialismo e da crescente organização e mobilização dos povos da periferia,

(...) as burguesias dos países dominados pelo imperialismo ficam cada vez mais covardes, entreguistas e privatizadoras. É o resultado das profundas mudanças estruturais ocorridas na relação entre essas burguesias e o imperialismo nas últimas décadas.

Analisando especificamente a relação das burguesias nacionais com o imperialismo no tocante às políticas de exploração de um dos mais importantes recursos naturais da América Latina, o petróleo, Iturbe denuncia também que

(...) o papel cumprido hoje pelas grandes empresas estatais dos países produtores mostra que, em mãos da burguesia nacional, essas companhias se transformam, por um lado, em fonte de usufruto das burguesias parasitárias rentistas e, por outro, continuam sendo parte do projeto imperialista²².

Isso explica, em parte, a atual conjuntura de lutas que tem marcado a região nos últimos anos e que, como uma expressão de todo esse processo, tem levado à conformação de governos que, pelo menos no plano do discurso, se confrontam aos projetos imperialistas. De qualquer forma, tais lutas ensejam novas relações de poder no continente, capazes mesmo de colocar em outro patamar as relações entre os Estados nacionais, sobretudo no que tange à relação entre os Estados Unidos e os Estados latino-americanos.

Considerações finais

Um dos aspectos mais destacados da realidade latino-americana, nas duas últimas décadas, foi o alçamento ao cenário político de atores sociais que buscam redefinir sua inserção nas cristalizadas estruturas de poder dos Estados da região. Por vezes, os atores sociais têm protagonizado uma maior participação na luta política visando o controle de determinados recursos (petróleo, gás, água, minérios etc.) – tratados como um patrimônio do povo e, portanto, objeto da luta pelo controle nacional. A redistribuição dos ganhos provenientes dessas riquezas é vista como uma forma de democratizar os benefícios de sua exploração. Em outras palavras, a mobilização desses atores tem dificultado a entrega de recursos estratégicos às grandes corporações transnacionais e aos Estados imperialistas.

O que é distintivo nesse período, portanto, é que as lutas e especificamente as insurreições de massas, em alguns desses Estados, colocaram em xeque as velhas relações de subordinação entre as elites *criollas* detentoras do poder e as classes dominantes dos Estados centrais. Não que as classes dominantes periféricas tenham passado a apostar num projeto autóctone de “desenvolvimento nacional”, por exemplo, rompendo dessa forma com seu papel de sócia menor dos negócios e interesses imperiais nos Estados latino-americanos. É que a emergência de novos atores sociais nesses países acabou por forçar uma mudança no comportamento dessas elites, impondo-lhes a necessidade de constituir novas táticas de dominação interna ou de colonialismo interno, conforme sustenta Casanova²³, para assegurar sua estratégia de manutenção do poder e de controle dos mecanismos internos de reprodução do capital.

Os processos insurrecionais e o protagonismo dos “novos” atores sociais constituíram um ambiente político favorável ao alçamento ao poder de típicos governos de frente-popular, populistas de esquerda ou nacionalistas burgueses. Em situações onde as classes dominantes tradicionais já não conseguem mais impor o seu domínio e obter o consentimento dos setores explorados – que vêm com muitas desconfianças tais governos –, tem sido comum a busca por saídas pautadas na tática da reação democrática. Isso consiste em aceitar, por certo período, que determinados grupos mais simpáticos aos anseios das massas ou, até mesmo, oriundos da própria classe trabalhadora (ou do indigenato) e bastante identificados com essas, sejam alçados aos governos desses Estados.

Percebemos esse fenômeno como um subproduto do quadro revolucionário que se abriu em alguns dos países da América Latina em anos recentes, onde, em função dos laços histórico-culturais, econômicos e políticos que permeiam os Estados da região, há uma relativa facilidade para que a situação específica em um determinado Estado acabe por influenciar os desdobramentos políticos em seus vizinhos. Soma-se a isso o fato de que cada vez mais setores oprimidos buscam se organizar em um ambiente de crescente sentimento anti-imperialista. Como produto dessa combinação desdobra-se, nos últimos anos, uma situação

em que a maior parte dos governos latino-americanos é identificada pelas massas como representantes de posições políticas no campo da esquerda.

Frações importantes das classes dominantes chegam mesmo a encontrar-se momentaneamente desalojadas da centralidade do poder político – uma vez que não estão à frente dos governos de seus países –, mas buscam, por sua vez, assegurar que a estrutura política e econômica dos Estados latino-americanos não seja alterada em essência. E é exatamente esse “passo atrás” de frações das elites que historicamente detiveram o controle do aparelho de Estado que – ao combinar-se com a emergência de novos atores sociais e com uma situação conjuntural que lhe é política e economicamente adversa – dá o tom da expressiva mudança nas relações de poder no continente.

A situação revolucionária que se abriu na América Latina com as insurreições populares e a queda de inúmeros governos foi contornada, mas em alguns países as massas ainda se encontram potencialmente mobilizadas. O desfecho desse processo vai depender da dinâmica da economia mundial e dos traços econômicos, políticos e sociais de cada um dos países da região, mas também da capacidade organizativa das massas e do grau de confiança depositado nos típicos governos de frente-popular e populistas de esquerda que foram alçados ao poder nos últimos anos.

Destarte, as grandes corporações e os Estados centrais buscam outras formas de submissão dos Estados latino-americanos para garantir a ininterruptão do fluxo de capitais, mercadorias e recursos naturais imprescindíveis às suas economias²⁴. Preocupam-se também com a possibilidade de ruptura da ordem institucional, buscando, junto com seus aliados burgueses locais, controlar o ímpeto revolucionário das massas e restringir as limitadas aspirações reformistas de alguns dos atuais governos da região, zelando para que os compromissos internacionais anteriormente firmados e a constitucionalidade estatal-burguesa não sejam quebrados.

Em suma, a situação latino-americana ainda se encontra numa encruzilhada. Se considerarmos como fato que as ações imperialistas e o empenho dos governos locais tenham conseguido, pelo menos momentaneamente, evitar o curso de uma evolução da situação revolucionária, também devemos considerar que a instabilidade das condições macro-econômicas globais, combinada com as difíceis condições econômicas de alguns Estados e com a experiência das massas com governos / governantes que elas associam como seus legítimos representantes, não permite estabelecer um prognóstico preciso de qual será o curso dos acontecimentos na região.

Notas

¹ Harvey, 2008.

² Quijano, 2005.

³ Welmovicki, 2001.

⁴ Iturbe, 2005a.

⁵ Harvey, 2008.

⁶ Almeida, 2009.

⁷ Ceceña, 2004.

⁸ Pina, 2007.

⁹ Harvey, 2004b.

¹⁰ Robledo, 2007, p. 76.

¹¹ Welmovicki, 2001, p. 8.

¹² Constitui uma prática bastante difundida nos Estados que possuem regimes democráticos formais a participação ativa de empresas no financiamento das campanhas da maior parte dos candidatos a cargos eletivos, seja na esfera do executivo, seja para o legislativo. Uma vez eleitos, os diferentes grupos políticos adotam uma postura de administração do Estado buscando criar condições de favorecimento aos grupos (nacionais e estrangeiros) que apoiaram suas campanhas.

¹³ Valemo-nos aqui de uma analogia traçada, principalmente, em comparação com a situação da Rússia entre as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917, na qual, segundo Moreno (2003): “Abre-se uma etapa de subsistência do Estado burguês, porém completamente em crise. Esta crise é consequência do fato de que o movimento operário e de massas, mediante suas próprias instituições, mandava, tinha poder em muitos setores da sociedade, tanto ou mais poder que o Estado burguês. Os órgãos de luta e de poder do movimento de massas foram os Sovietes de operários, camponeses e soldados, os sindicatos e os comitês de fábrica. Os Sovietes eram organismos de poder ‘de fato’. Em alguns lugares, o povo fazia o que o Soviete ordenava, não o que ordenava o governo. Em outros lugares, era o contrário. Por isso, o chamamos de poder dual ou duplo poder” (p. 47-48, grifo do autor). O mesmo pode ser observado no tocante ao papel que a própria COB (Central Operária Boliviana) havia desempenhado durante a revolução de 1952, constituindo-se em um sindicato revolucionário que se tornou, também, um organismo de poder dual.

¹⁴ Casanova, 2006.

¹⁵ Casanova, 1995; Mignolo, 2005b; Quijano, 2005a e 2005b.

¹⁶ Retamar, 2004; Mignolo, 2005a e 2005b; Casanova, 2006; Porto-Gonçalves, 2007.

¹⁷ Petras, 1980.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ribeiro, 1986, p. 20.

²⁰ Petras, 1980, p. 80.

²¹ Iturbe, 2005b, p. 72.

²² Ibidem, p. 73.

²³ Casanova, 2006.

²⁴ Guimarães, 2003.

Bibliografia

ALMEIDA, Eduardo. Uma onda longa recessiva está apenas começando. In: ARRUDA SAMPAIO JR, Plínio (org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: Situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. América Latina: dilemas da esquerda em perspectiva histórica. In: *Revista Pegada*, nº1. Presidente Prudente: CEGeT FCT/UNESP, 2009.

BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da Geopolítica. In *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

CAIRO, Heriberto. A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. In *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, 2008.

CARVALHO, Marcos César. *Metamorfoses do Estado em um contexto neoliberal: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina*. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

CASANOVA, Pablo González. *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Colonialismo interno [una redefinición]. In: *La teoría marxista hoy: Problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: DOS SANTOS, Theotonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

GARCIA, Marcelo. ALCA e dolarização: avança a recolonização da América Latina. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n° 3. São Paulo: Koorkom, 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Globalização, Guerra e Violência. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ITURBE, Alejandro. O fim do petróleo? In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n° 12. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermman, 2005a.

_____. A renda petroleira. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n° 12. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermman, 2005b.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: SADER, Emir (coord.). *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005a.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.

MOREIRA, Ruy. A Guerra do Iraque, a Alca e as Fronteiras da Reestruturação Capitalista nos Estados Unidos. In: ALBA, Rosa Salette (org.). *Revista Grifos - Dossiê Geopolítica*. Chapecó: Argos, 2005.

_____. “Da partilha territorial ao bioespaço e biopoder”. In *Anais do V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*. São Paulo: ANPEGE/Anablume, 2006.

MORENO, Nahuel. Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América. In: NOVACK, George. *Para comprender la Historia*. Bogotá: Editorial Pluma, 1977.

_____. *As Revoluções do Século XX*. São Paulo: Sundermann, 2003.

PETRAS, James. *Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo. Uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PINA, Rodrigo. *Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: ADUFF/SSind. *Seminário: Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora* (dezembro de 2006). Niterói: ADUFF/SSind, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e HAESBAERT, R. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PRECIADO, Jaime. América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. In *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: *Estudos Avançados*, 19 (55), 2005b.

RETAMAR, Roberto F. *Todo Caliban*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

TAYLOR, J. Peter e FLINT, Colin. *Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madrid, España: Trama Editorial, 2002.

TOLEDO, Cecília e WELMOWICK, José. América Latina: recolonização e resistência. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 13. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermman, 2006.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2004.

WELMOVICKI, José. América Latina na virada do século: Revolução ou Colônia In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 2. São Paulo: Koorkom, 2001.

_____. O imperialismo diante da crise econômica. In: *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 20. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2008.

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

 UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE COLOMBIA
SEDE BOGOTÁ
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA

